

DISCURSO DE SUA EXCELENCIA O SENHOR PRESIDENTE DO  
PARLAMENTO NACIONAL

Dr. Aniceto Longuinhos Guterres Lopes

NA REUNIÃO PLENÁRIA SOLENE DE ABERTURA DA PRIMEIRA  
SESSÃO LEGISLATIVA DA IVª LEGISLATURA

15 de setembro de 2016

Sua Excelência, Senhor Presidente da República, Dr. Francisco Guterres  
“Lu-Olo”

Sua Excelência, Senhor Primeiro Ministro cessante, Dr. Rui Maria de  
Araújo

Sua Excelência, Senhor Primeiro Ministro indigitado, Dr. Mari Alkatiri

Suas Excelências, Ex-Presidentes da República

Sua Excelência, Senhor Presidente do Tribunal de Recurso

Sua Excelência, Senhor Procurador Geral da República

Suas Excelências, Senhores Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Senhores Líderes das Bancadas Parlamentares

Senhores membros do Governo cessante

Suas Excelências, Representantes do Corpo Diplomático acreditado no  
país

Senhoras e Senhores Deputados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Querido Povo de Timor-Leste,

Queria começar por saudar calorosamente o nosso querido Povo por mais esta conquista democrática, que foi a realização das eleições presidenciais e legislativas e a sua participação num clima de paz e de elevado civismo, o que comprovou uma vez mais a sua maturidade e o seu indefetível compromisso com a democracia.

Saúdo também os órgãos de administração eleitoral que conduziram com idoneidade e independência um processo eleitoral bem-sucedido.

Saúdo **igualmente** a todos partidos concorrentes, pela postura democrática com que orientaram a sua conduta durante todo o processo eleitoral e terem aceito democraticamente o veredicto do Povo.

Por fim uma saudação especial a todas as Deputadas e Deputados eleitos, a quem formulo votos de muitas felicidades no exercício das suas funções.

Registo com orgulho que contamos com duas mulheres no cargo de Líderes de Bancada.

Registo também com satisfação que o número de deputados novos é menor do que em 2012. Estas eleições produziram 52,30% de Deputados novos enquanto as de 2012 produzira, 60% de deputados novos. Em ambos os casos essas elevadas percentagens têm a sua explicação na elevada mobilidade partidária, isto é, partidos que entram pela primeira vez no Parlamento Nacional. Embora seja salutar a renovação de Deputados é também verdade que a qualidade do desempenho dos parlamentos depende da sua capacidade de reter em

número considerável deputados com experiência. Não se trata apenas da “memória institucional” a que muito gostamos de nos referir, mas sim de tirar proveito dos seus conhecimentos e das capacidades adquiridas., para o sucesso da atividade do Parlamento como um todo, das comissões e das próprias Bancadas, E mais ainda na importância do seu papel na capacitação dos deputados mais novos.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Excelências,

Esta sessão reveste-se de uma importância especial, porque marca não só o início da Sessão Legislativa, mas também o início da própria Legislatura. Estamos perante um Parlamento com nova configuração política, como sempre tem ocorrido após uma eleição, mas mantem-se inalterável um facto, que prevalece desde 2007, e que é a incapacidade de conquista de maioria por um só partido. Tivemos governos de coligação em 2007 e em 2012. A experiência de governos de coligação reforçou a nossa capacidade de diálogo político em busca de entendimentos e consensos, reforçou o nosso sentido de Estado e a nossa sensibilidade para as questões de interesse nacional, aprendendo a distingui-las dos interesses partidários.

É minha convicção que temos todos o desejo comum de ver nascer, do resultado das eleições legislativas, um quadro baseado no entendimento das forças políticas eleitas para o Parlamento Nacional, que assegurasse consensos, como aconteceu nos últimos cinco anos de governação. E a vontade do povo parece ter indicado esse caminho ao

não atribuir a nenhum dos partidos uma maioria. E o recado era claro, no sentido de que se nos impunha alcançar um entendimento o mais abrangente possível entre os partidos eleitos, que viabilizasse uma maioria estável a sustentar um governo, por consequência, também estável e duradouro.

Teremos novamente um governo de coligação em 2017.

Ao contrário dos regimes presidencialistas, nos regimes de pendor parlamentarista, como é o nosso, é vital para a sobrevivência dos governos a existência de maiorias sólidas, quer resultem de um partido maioritário, quer resultem de maioria oriunda de uma coligação, quer resultem de outro tipo de entendimento, que assegurem a sustentabilidade do governo e consequentemente lhe permitam dirigir o país com a estabilidade necessária a que a sua ação seja eficaz e produza resultados positivos.

Todos temos consciência das dificuldades enfrentadas na construção desta maioria parlamentar, assim como todos temos igualmente consciência das dificuldades presentes na construção de um governo baseada nessa maioria. Como consequência dessas dificuldades teremos um governo minoritário.

O quadro que acabo de retratar impõe a este Parlamento, a cada um dos partidos que o integram e a cada um dos Deputados uma responsabilidade pesada. O Parlamento e os partidos com assento parlamentar estão a ser colocados à prova e serão daqui por diante sempre colocado à prova. O nosso sucesso na superação das provas que temos e teremos pela frente vai depender da nossa capacidade de fazer do Parlamento um centro de construção de consensos, baseado num debate político franco, honesto e guiado por um sentido de Estado

e motivado pelo interesse nacional, que deverá estar acima de quaisquer outros interesses.

O povo espera de nós que sejamos capazes de construir um pacto de estabilidade, que sejamos capazes de continuar com a cultura política de consenso que marcou a terceira legislatura.

Nos últimos cinco anos, através da abrangente política de entendimento entre os partidos políticos representados no Parlamento Nacional, a situação política de Timor-Leste melhorou consideravelmente com o reforço da paz social e da estabilidade, que se constituíram em condição importante para a promoção do Desenvolvimento Nacional. Isto tudo foi possível porque cause de uma firme base de apoio parlamentar ao V e VI Governos Constitucionais, que resultou de uma nova postura política.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,  
Excelências,

Esta Sessão Legislativa e esta Legislatura iniciam-se num momento crucial do nosso desenvolvimento institucional. Acabámos de aprovar o nosso Plano Estratégico para o período 2017-2022. Alterámos este ano a Lei de Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar. Temos em mente alterar o nosso Regimento. Todas estas inovações aguardam implementação e desenvolvimento, que teremos que fazer face desde o primeiro momento. Se formos capazes de executar estas alterações, prosseguir os objetivos estratégicos traçados, daremos um passo gigante no fortalecimento das capacidades do

Parlamento para o cumprimento do seu papel constitucional com maior dinamismo e maior eficácia. Disto depende o nosso contributo, como instituição central do nosso sistema político democrático, para o avanço na consolidação do Estado de Direito.

Estes são um desafio e uma responsabilidade não apenas da Mesa do Parlamento Nacional, mas de todos os Deputados, a quem convido a mobilizarem-se e a participarem. É um dever de todos nós prestarmos atenção e contribuirmos para melhorar a forma como nos organizamos, os procedimentos que adotamos, como gerimos os nossos recursos, como desenvolvemos as nossas capacidades, com vista a um desempenho mais eficaz das nossas funções como instituição parlamentar.

Devemos centrar os nossos esforços de melhoria da atividade parlamentar em dois pilares: o da função legislativa e o da função de fiscalização.

No que toca à legislação são dois os aspetos a que devemos prestar atenção: o da coordenação e concertação com o Governo em matéria de agenda legislativa, por um lado, e o do escrutínio atento e competente, para assegurar a qualidade da produção legislativa, por outro lado.

Uma queixa recorrente deste Parlamento tem sido a falta de justificação adequada, de suficiente fundamentação das propostas de lei. A nossa ação fiscalizadora nesta área terá que ser mais exigente de modo a levar o Governo a melhorar este aspeto fundamental da produção legislativa, que é crucial para o nosso papel de apreciação e escrutínio das propostas de lei.

No que toca à fiscalização da atividade do Governo, temos que tornar mais efetiva a nossa ação. Na área da fiscalização política, são vários os

instrumentos de fiscalização ao nosso dispor, previstos na Constituição da República e no Regimento do Parlamento Nacional, de que temos feito pouco uso. Temos que trazer o Governo mais vezes ao Parlamento para debates, para dar respostas a assuntos que o povo pede esclarecimentos. Temos que fazer desta prática um hábito, uma rotina. É disto que vive a democracia parlamentar: que os governantes respondam constantemente pelas suas ações perante os representantes do Povo.

Assim, também no diz respeito à fiscalização a ser levada a cabo pelas comissões especializadas. Tem sido um desiderato reiterado em cada legislatura o de melhorar a eficácia do trabalho das comissões. Temos que encontrar caminhos para fazer mais progressos nesta área: os ministros devem vir mais vezes às comissões para prestarem conta sobre a implementação das políticas públicas das suas áreas, sobre o plano legislativo e a implementação legislação das suas áreas, sobre o orçamento e a sua execução, e a organização administrativa dos seus ministérios. Mais do que nas visitas locais, é neste tipo escrutínio que faremos a nossa ação de fiscalização mais eficaz, com melhores resultados; e se realizarmos este papel com eficácia, contribuiremos de certeza para um melhor desempenho do próprio Governo.

Com o propósito de melhorar a nossa capacidade interna para levar a cabo esta fiscalização do Governo, proponho-me a dar à Mesa do Parlamento um papel novo, de monitorização e de ligação mais efetiva com o Governo. Em vez de concentrar na pessoa do Presidente esta função delegarei nos Vice-Presidentes a tarefa de **se** incumbirem de áreas temáticas da governação e em nome da Mesa do Parlamento coordenarem a nossa ligação com os titulares das pastas respetivas.

Isto será feito sem prejuízo da iniciativa própria das comissões no exercício dos seus poderes e suas competências regimentais.

Proponho-me também, juntamente com Mesa do Parlamento e o Conselho de Administração do Parlamento Nacional, a reforçar os recursos humanos destinados ao apoio às comissões especializadas, de modo a imprimir maior qualidade ao apoio técnico prestado às comissões.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Excelências,

A reforma a que nos propomos, realista e feita de passos pequenos, mas seguros, tem uma outra frente: a do reforço da interação com o cidadão. Nesta matéria acabámos de dar um sinal inequívoco da nossa vontade. Refiro-me à criação da comissão especializada permanente de Cidadania, que terá a seu cargo o desenvolvimento de mecanismos de participação do público na vida parlamentar, nomeadamente, através do agendamento de debates periódicos, com a presença de membros do Governo, sobre temas propostos pelos cidadãos.

O reforço da interação com os cidadãos contribuirá para melhorar a confiança na instituição parlamentar. Gostaria de enfatizar que estas reformas são extremamente importantes, porque a confiança nossa sociedade e dos cidadãos nos políticos e nas instituições democráticas vem diminuindo de dia para dia. Com estas reformas queremos inverter esta tendência e melhorar a qualidade da nossa democracia.



A abstenção nas eleições é um indicador da falta de interesse de participação política. Apesar de a abstenção nas últimas eleições legislativas (23,26%) ter ficado abaixo da abstenção nas eleições de 2012 (25,22%). Mas se considerarmos a abstenção em todas as eleições, a contar da eleição para a Assembleia Constituinte, veremos que a abstenção tem subido consistentemente: 9% na eleição para a Assembleia Constituinte, 19,46% na eleição legislativa de 2007, 25,22% na eleição legislativa de 2012. A eleição presidencial também tem seguido esta tendência. Precisamos prestar atenção a este fenómeno e procurar compreender as suas causas.

As comissões parlamentares especializadas são o meio mais apropriado e mais vocacionado a proporcionar a participação do público e da sociedade civil organizada. Ao mesmo tempo que esperamos que as comissões se tornem mais abertas à participação do público, convidamos a sociedade civil a adotar uma postura mais proativa, tomando a iniciativa de abordar as comissões e fazer chegar o seu contributo.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Excelências,

Convido a todas as Senhoras Deputadas e Senhores Deputados a mobilizarem-se para os desafios que nos esperam, que não são só do Presidente ou da Mesa do Parlamento, mas de todos e de cada um. A disciplina, o empenho e a dedicação, o trabalho árduo, de cada um de

nós individualmente será determinante na prossecução dos nossos objetivos. O mesmo se espera das bancadas e dos seus líderes, estes no papel crucial que têm de coordenar a ação dos seus grupos políticos, em fazer chegar às suas bancadas as discussões e os acordos alcançados a nível da Conferência dos Líderes das Bancadas Parlamentares.

Os Deputados devem melhorar a cada momento o seu nível de informação e de conhecimento das matérias constantes das suas agendas de trabalho, quer sejam legislação, quer sejam políticas públicas. Isto implica o desenvolvimento de uma cultura de leitura e de estudo constante.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Excelências,

A Pátria e o Povo esperam de nós que consigamos preservar a paz e a estabilidade; que consigamos por de pé um governo com uma alargada base de apoio parlamentar, como condição para uma ação governativa estável, capaz de responder aos anseios populares de desenvolvimento e melhoria das suas condições de vida. A Pátria e o Povo esperam de nós que construamos uma ação parlamentar eficaz na representação fiel dos seus interesses, quer quando tomamos decisões políticas, quando legislamos, quando aprovamos o orçamento, quando fiscalizamos a ação governativa.

Dou os parabéns, uma vez mais, aos partidos políticos e aos deputados eleitos e quem formulo votos de muito sucesso no trabalho de servir a Povo e a Nação.

Tenho dito!

Muito Obrigado!